

# Governo abrirá novo pacto

**CECILIA PLESE**  
**Correspondente**

**São Paulo** — O economista Paulo Rabello de Castro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, propôs ontem uma ampla renegociação da dívida interna brasileira, em condições que ofereçam alívio financeiro às empresas estatais e que, ao mesmo tempo, permitam o exercício real do processo de saneamento das finanças dessas empresas, de forma a evitar uma nova escalada de endividamento no futuro. Falando a empresários da Associação Comercial de São Paulo, o economista afirmou que o Brasil precisa hoje de menos credores e mais sócios. Ele explicou que seu maior problema atualmente, é o da dívida interna, pois se a questão do endividamento externo ainda permanece, deixou de ser crítica em razão de excelente serviço feito nessa área pelo Governo brasileiro, o que ensejou o acúmulo de reservas internacionais.

Para Paulo Rabello de Castro, o pacto social proposto por Tancredo Neves como fórmula para reduzir as pressões pela disputa do bolo econômico do País, só terá resultados se, ao lado do esforço exigido de empresários e trabalhadores, o próprio Governo fizer um pacto social no seu âmbito,

detalhando qual a contribuição que dará ao ajustamento econômico interno do País. O próximo Governo, assinalou, só conseguirá baixar as taxas de juros depois que conhecer em detalhes as contas das estatais e examinar com seus credores — aí englobados desde os pequenos poupadores detentores de cadernetas do Sistema Financeiro de Habitação até os grandes conglomerados bancários —, uma forma de contornar a questão do endividamento.

Os dois vértices da proposta de Paulo Rabello complementa-se com novas medidas a serem adotadas na área social. Entre elas, ele sugeriu menores reivindicações salariais e maior participação dos empregados nos lucros das próprias empresas. "Estou falando da necessidade de uma transformação radical do PIS", salientou, "porque não existe nenhuma vinculação entre o esforço de trabalho do empregado e os resultados das empresas". No seu entender, haveria uma adesão maciça da sociedade a essa nova postura, pela qual parcelas de ganhos de salários e adicionais de produtividade ficariam alocados em fundos que funcionariam a curto prazo como alimentadores do capital de giro das empresas e, a médio prazo, forneceriam dividendos a serem pagos aos trabalhadores.